



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 55-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Tathaba-Lisbon • Telefones 5335 O.
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 115

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

O COMUNISMO NOS TRIBUNAIS

O julgamento dos dez

Uma tentativa da racção francesa miseravelmente falida

Após 10 meses de reclusão na prisão de Santé, compareceram nos princípios de Março último perante o tribunal de Paris dez dos mais prestigiosos membros do partido comunista francês: Lorient, Monatte, Monmousseau, Souvarine, Sigrand, Bott, Rabilloud, Hanot, Lebourg e Giraud, que tinham sido detidos por ocasião da greve ferroviária de Maio de 1920.

Aproveitando-se deste movimento o governo francês, à imitação dos governos de todos os outros países, procurou espalhar entre a opinião de que se tratava de maneios bochevistas, de ordens recebidas da Internacional de Moscú, e com esse pretexto encarcerou alguns dos comunistas mais em evidência, acusando-os de organizadores dum complot contra a segurança do Estado.

Como se comprovou durante todo o julgamento, esta afirmação não tinha fundamento algum, tendo sido absolvidos todos os acusados e proclamando os jurados que o único complot organizado por ocasião das greves de Maio tinha sido o dos governantes e das companhias de Caminho de Ferro contra a liberdade de pensar e o direito à greve.

Tudo o julgamento produziu grande sensação, não só pela forma corajosa e desacombrada como se defenderam os réus perante as acusações feitas pelos juizes, mas também pelos depoimentos das testemunhas, destacando-se entre estes os de Henrique Barbusse, Frossard e Cachin. Também foi lida durante o julgamento uma carta de Anatole France dirigida ao presidente

do tribunal, e em que o ilustre literato manifestava a sua solidariedade perfeita com todos os «criminosos».

Extremamente curioso todo o julgamento e isso nos move a publicar as passagens mais interessantes.

Primeira audiência

Os membros do tribunal não primam pela pontualidade. Só por volta das 13 horas se fez o sorteio dos 12 jurados. E' lido o auto de acusação onde se alude à greve de Maio que os comunistas teriam desencadeado por ordem de Moscú. Acusam-se ainda estes de terem aderido à III Internacional para instituir em França um regime soviético.

Procede-se depois à chamada das testemunhas. Há sessenta, pelo menos, citadas pela defesa, entre elas Cachin, Frossard, Severine, Rappoport, Reynaud, etc. Nem todas estão presentes e as garralhas rebentam na sala quando o official chama Henriette Roland, Holst, Clara Zetkin, e... Gregório Zinovieff.

Começa o interrogatório

O presidente: — Devo-vos, senhores jurados, umas palavras de explicação sobre a vossa constituição dos comités de grupos a que os acusados pertencem. Tendes perante vós primeiramente qua-

tro membros do comité da III Internacional: Lorient, Monatte, Souvarine e Monmousseau. Tendes em seguida os membros dum grupo que se intitula Partido Comunista: Sigrand, Bott e Rabilloud. Tendes enfim os representantes dum terceiro grupo, que se chama Federação Comunista dos Soviéticos: Hanot, Lebourg e Giraud.

«Para dar a estes debates, que são evidentemente muito complexos, o máximo de clareza possível, examinarei sucessivamente os factos imputados a cada um desses grupos, e dentro destes, a cada um dos acusados.»

«Começaremos primeiramente pelo comité da III Internacional representado aqui por Monatte, Souvarine, Lorient e Monmousseau.»

Lorient

E' Lorient quem começa o fogo. O presidente lê alguns esclarecimentos biográficos, cheios de inexactidões que o acusado tem de ressaltar.

O presidente apresenta Lorient como partidário da insurreição para fazer cessar a guerra.

Lorient: — Isso é totalmente inexacto, e eu protesto energicamente contra essa frase que me dá por partidário da insurreição determinada por uma minoria audaciosa com o fim de desencadear a revolução. Defendi sempre, no seio do partido socialista, as concepções

comunistas marxistas que se opõem ao golpe de força insurreccional de uma minoria. Chamamos o proletariado, esclarecendo-o, a combater os seus interesses, os seus interesses sociais, e tiramos os ensinamentos que eles comparam. Mas isto é uma acção de classe, e a acção de todo o proletariado e não a acção de uma minoria audaciosa, estranha ao proletariado.

Monatte

O presidente: — O senhor era conhecido no Norte como anarquista sindicalista e fazia uma activa propaganda revolucionária entre os mineiros, acompanhado por Brouichoux.

Monatte: — Isso é diminuir o meu papel e apresentá-lo dum maneira inexacta. Em 1905, Brouichoux que era o mesmo tempo secretário do sindicato mineiro de Pas-de-Calais e do semanário *Action Syndicale*, foi objecto de perseguições e dum encarceramento que durou mezes.

«Nesse momento, o sindicato de Pas-de-Calais pediu a alguém para assegurar a redacção do jornal. Foi designado para esse cargo, e foi nestas condições que assegurei a publicação da *Action Syndicale*».

O presidente: — O senhor abandonou o ensino?

Monatte: — Sim, senhor, em 1902. De 1902 a 1905 trabalhei como empregado

de livreria, e depois, mais tarde, como revisor de impressos. Foi em 1905 que, deixando o meu lugar de revisor, fui para Pas-de-Calais.

O presidente: — Nesse ano é que o senhor foi condenado por ultrajes a um magistrado pelo tribunal correcçãoal?

Monatte: — Intervim a amnistia. Não fui condenado porque, tendo sido detido, ao fim de quarenta dias de prisão abrimos-me as portas da cadeia de Bethune, sem que me tivessem dado qualquer explicação sobre a minha detenção.

O presidente: — Em 1907, elegeram-no delegado ao Congresso Anarquista de Amsterdam.

Monatte: — Defendi lá o ponto de vista dos sindicalistas contra o ponto de vista tradicional dos anarquistas.

O presidente: — O senhor é então anarquista apenas certos pontos de vista?

Monatte: — Sim, por certos pontos de vista.

O presidente: — Há distinções muito subtis.

Monatte: — Também há muitos rebeldes que vão dar ao mar.

O presidente: — Nós veremos o mar. O senhor fundou a revista *La Vie Ouvrière* para combater a *Action Ouvrière*?

Monatte: — O não não se combate. Tinha nesse momento a meu lado homens que aqui não estão: Merheim, Jouhaux, Damoulin — e as nossas pro-

cupações eram outras que não a de combater adversários que quasi não existiam. Não fazíamos um trabalho de critica no nosso meio. Fazíamos o que pode fazer uma revista: um trabalho ao mesmo tempo teórico e documental. Durante cinco anos nos entrefamos a esta tarefa de propaganda que de resto deixou traços.

O presidente: — O senhor pertenceu a C. G. T.?

Monatte: — Pertenci ao comité confederal durante uma dezena de anos.

O presidente: — Pediu a sua demissão.

Monatte: — Em 1914.

O presidente: — Porque motivos?

Monatte: — Porque, nesse momento, o comité confederal, quasi por unanimidade, era partidário da guerra, adversário de qualquer campanha a favor da paz. Ora eu e alguns amigos desejávamos que a C. G. T. se conservasse fiel ao seu passado anti-militarista e perguntávamos ao país se aquella guerra era justa e merecia os sacrificios que lhe pediam.

O presidente: — Tratava duma tendência revolucionária, à qual, pretendia o senhor, a C. G. T. se não tinha conservado fiel?

Monatte: — E' isso mesmo.

(Continua.)

AMEDALHEM-NO!

O senhor Raúl Esteves!

Mas é conhecido este nome, não só dos leitores de *A Batalha*, que muitas vezes o tem agitado nas suas rebeldes colunas, dando-lhe uma celebridade bem merecida, mas também do país inteiro, uma parte do qual o tem na conta de herói, outra na de conservador impenitente e também de militar dos quatro costados.

Sua excelência é, além do mais, tenente-coronel, comandante do batalhão dos sapadores dos caminhos de ferro e director das linhas do Sul e Sueste, cabendo-lhe ainda a glória de haver amanchado a grandiosa greve dos ferroviários do Estado, embora não haja gozado até agora o prazer, como ambicionava, de ter anulado o belo espirito de resistência da corporação a cuja frente foi colocado por um governo da república, situação que outros governos da república, inclusive o actual, tem sancionado.

Mas sua excelência é mais alguma coisa, como *A Batalha* disse e confirma. Exerce, simultaneamente, para com alguns ferroviários que previamente mandou demitir de lugares que há longos anos ocupavam, o papel de queixoso, promotor, carcereiro e juiz, nessas condições do detendo, sob a sua alta alçada, nos calabouços do quartel que comanda, em Campo de Ourique!

Este homem célebre tem possuído toda a confiança dos mais altos representantes das instituições republicanas, dos Granjeiros, Liberatores, Bernardinos, etc., estando no presente governo um pilar da república — o sr. Alvaro de Castro, chefe do partido reconstituinte — que para assinalar seus feitos, entre palavras solenes, continências, morteiros, agitar do bandeiras, hinos e saudações máximas, há pouco coroou seus excoelso feitos apodando-lhe no peito gabelto — uma medalha!

Pois a criatura assim distinguida pelos mais altos homens da república, é, além do resto — monárquico, o que para nós não é novidade, porque já aqui o temos apresentado como tal, vezes várias.

Só monárquico? Parece que mais alguma coisa, se dermos crédito — e só temos razão para dar — a uma informação trazida ontem à estampa pela *Imprensa de Lisboa*, informação que reza assim:

O alto «comité» era presidido pelo general sr. Madureira Beca, que superiormente chefiava o movimento, considerando que o sub-chefe era o tenente-coronel sr. Raúl Esteves, que comandava o batalhão de sapadores de Caminhos de Ferro. Mais duas pessoas estão indicadas como pertencendo ao «comité» o conde de Bertiandos e Marques da Silva, o governo realista, que seria organizado após a revolução, teria apenas seis ministros, chefiando-o o sr. Madureira Beca, que também sobracaria a pasta da guerra. O sr. Raúl Esteves seria o futuro ministro do reino, indo para a pasta dos estrangeiros o sr. conde de Bertiandos, que igualmente dirigiria a fazenda, enquanto as pastas da marinha e colónias seriam geridas pelo sr. Marques da Silva. Não nos foi possível obter os nomes dos outros dois ministros.

Estas informações — uselarece a

Imprensa de Lisboa, que as dá na sua edição matutina, sob vistosos títulos — foram obtidas de fonte segura, por um dos seus redactores, fazendo parte de certo plano conspiratório entregue ao presidente do ministério.

Optimo!

Tolerantes como nos presamos de ser — ainda que haja quem, conhecendo-nos apenas superficialmente, sustente o contrario — admitimos que o sr. Raúl Esteves reivindique o direito do seu monárquico, como para nós reivindicamos o de ser revolucionário. Ele, porém, pretende conservar, ou antes, retrogradar, não pretendemos transformar, no sentido de avançar. Entre nós e ele há esta diferença assás considerável: não só servimos o Estado, antes o combatemos; ele, se de facto é monárquico, como se afirma que é, o tudo indica que o seja, serve o Estado republicano, desmpehando altos cargos de confiança que lhe tem sido confiados, como já vimos, pelos mais altos representantes das instituições políticas vigentes. Isto é que não faz sentido.

Mas a responsabilidade duma situação tão anormal não cabe exclusivamente ao sr. Raúl Esteves, pertencendo a maior parte dela aos governantes republicanos, que tem achado bom que um monárquico, no exercício dum cargo de direcção de importantes serviços públicos, haja perseguido o odioso sistema uma corporação proletária como a dos ferroviários do Sul e Sueste, que ao regime tem prestado, em mais dum transe difícil, serviços inestimáveis, bem podendo suceder que seja esta uma das razões porque o sr. Raúl Esteves tem rancorosamente caído sobre os elementos que na última greve sublevaram afirmar-se como homens do carácter, sacrificando-se até ao máximo pelo triunfo da justa causa em que estavam empenhados. Entretanto o homem da confiança dos governantes republicanos é agora apresentado como um dos capitães da anunciada conspiração monárquica e seria a ele, se a versão da *Imprensa de Lisboa* não corresponde a uma fantasia, que seria dado o lugar de ministro do reino!

Ministro do reino!... E' claro que o sr. Raúl Esteves, por muitos méritos que lhe atribuíam, não será ministro do reino.

E não será ministro do reino porque a classe operária, a subegente, entre a qual formamos, não o consentirá.

E' curioso que semelhante opinião se verifique por parte precisamente daqueles que mais amargos queixas tem dos homens da república, dos elementos que nas ocasiões em que a maioria dos mais directamente interessados na manutenção do regime se oculta estão acostumados a expor a pele na praça pública, defendendo com eficácia umas instituições que qua-

NOTAS & COMENTARIOS

Higiene

Um nosso camarada francês teve a luminosa ideia de mandar analisar três cédulas, das que correm na doce França. Uma dessas cédulas era de um franco, as duas outras eram de cinquenta centimos. Feita a análise verificou-se que na cédula de um franco havia 236.900.000 bactérias, numa das cédulas de cinquenta centimos 69.450.000 e na outra 90.880.000. Pertencem a quatro espécies as bactérias encontradas:

1.ª — Colibacilos, habitantes normais dos intestinos, com a possibilidade de tornar-se micróbios patogénicos particularmente perigosos, agentes de enterites, apendicites, septicemias (intoxicção sanguínea), supurações, etc.

2.ª — Pneumococcus, que se encontram vulgarmente nas expectorações, pleuritis, otites, abscessos, etc.

3.ª — Enterococcus, frequentes causadores de enterites, cuja presença se verifica em numerosas supurações.

4.ª — Estafilococcus, agentes vulgares de diferentes espécies de supuração, no fúrnulo, no nariz, no flegmão. Podem provocar infeções generalizadas. A análise dessas cédulas repugnantes que em Portugal correm, daria talvez resultados mais espantosos e assustadores. Esses papéis repugnantes que alcorrem representando trabalho, não são mais que... Tivéssemos nós a coragem de Cambronne, e concluíssemos a frase *carrement*...

Progresso

O Japão adotou o sistema métrico. O sr. Guillaume, director da repartição internacional dos pesos e medidas, anunciou à Academia das Ciências de França que o parlamento de Tokio declarou obrigatório aquele sistema.

O sistema métrico está sendo generalizado nos países da raça amarela e a sua adopção no Japão deve decidir também a Grã-Bretanha a adoptá-lo. O sistema métrico é singularmente vantajoso, sobretudo para os comerciantes. Desde que se estabeleça ser um litro igual a sete decilítrios e um quilo equivalente a doiscentos grammas, como agora acontece, todos os negociantes tem interesse em usar o sistema métrico. O Japão é um país muito progressivo, tendo mostrado por várias vezes que é capaz de acompanhar a evolução dos povos europeus. Faltava-lhe adoptar o sistema métrico, mas já esta insuficiência está remedada. A população japonesa é que estará a estas horas apreciando as vantagens da reforma.

Qualidades

E' negro. E' compacto. E' pesado. E' mal-saboroso. Tem um odor desagradável. E' caríssimo. A massa contém às vezes substâncias estranhas, repugnantes. Este é o pão que em Lisboa se come. Mesmo assim, encontrá-lo é difícil. De tarde, as padarias fecham, e quem se não munui, por descuido ou por pobreza, com a quantidade de pão de que necessitava terá de esperar até ao dia seguinte, procurando cada padaria para lá se abastecer duma substância escurecida, nociva e nauseabunda. No concorrente ao pão estamos assim. O resto vai pela mesma. E o povo dorme. Abençoada terra, a nossa!

Serviço de faróis

A partir de 6 do corrente deixa de funcionar o farol do Penedo da Saudade, por motivo de substituição do aparelho óptico.

si mais nada lhe tem dado que anoxovalhos e agressões.

Mas por mais estranho que isto pareça, é assim mesmo.

Todavia, enquanto os trabalhadores são metidos nos cárceres, a alguns daqueles servindo de carcereiro o sr. Raúl Esteves, o herói, este é amedalhado, entre palavras solenes, continências, o estrondar de morteiros, o agitar de bandeiras, hinos e saudações máximas. Está bonito isto!

CONGRESSO NACIONAL METALÚRGICO

Defesa dos operários da indústria

Falta de segurança da sua vida nas oficinas
— pelos múltiplos riscos no trabalho —

Não é desconhecido, por parte de todos os trabalhadores, que a classe patronal se encontra totalmente unificada e dessa unificação resulta que os trabalhadores ultimamente tem encontrado maior resistência à consecução das suas reivindicações. Consta-se, pois, que enquanto os industriais se unem, e dessa união provém a infrene e criminosa exploração de que constantemente são vítimas os operários, estes, na sua grande maioria, não se apercebem quanto de perigooso tem o seu indiferentismo e consequente desprendimento pela sua organização sindical.

Na região portuguesa, não se sabendo bem a que atribuir tal circunstância, a classe trabalhadora ainda não compreendeu, apesar da propaganda feita, que ela só gozará do direito que lhe compete no banquete da vida quando a sua emancipação da tutela patronal seja um facto e quando, por si própria, regular e metodizar a produção.

Uma grande parte dos trabalhadores portugueses, e nela estão incluídos os operários metalúrgicos, ainda está esperando que as reclamações platonias, redigidas em memorias e dirigidas aos respectivos industriais, sejam o remédio eficaz que lhe atene a exploração, no que diz respeito às leis do salario, aos riscos de trabalho, à invalidade e, sobretudo, à forma de assegurar o direito de existência, direito sagrado para os que trabalham e sua prole, quando depara com o excesso de trabalho.

Defeitos de uma péssima educação e ainda o atrofamento pelo álcool tem levado os operários a suportar todas as iniquidades de que está recheado a actual organização industrial e capitalista, e assim é que se vêem operários arriscando a sua saúde e a própria vida, trabalhando em fábricas, oficinas e ateliereis onde a segurança e a higiene não tem o gême, antes, pelo contrario, são verdadeiros antros onde constantemente se cometem crimes de assassinato nas pessoas dos trabalhadores.

Esses crimes quasi sempre ficam impunes, mercê das portas falsas que contem as leis, portas por onde se escapam os criminosos, que facilmente aliam a sua responsabilidade, porque não existe uma rigorosa fiscalização.

Esses crimes, dos mais graves, porque se cometem contra a vida e segurança dos operários, apenas tem a de semil-os tribunais mal constituídos, cujo funcionamento obedece a regulamentos que salvaguardam os interesses patronais.

Em que consciencioso tribunal se punem os desumanos industriais que, valendo-se da situação de miséria dos trabalhadores, infamemente exploram e mortificam os filhos dos mesmos trabalhadores, obrigando-os a trabalhos violentos em que, arruinando o seu físico, se tuberculizam num excessivo labor, que não é próprio da sua menoridade?

Em que consciencioso tribunal se punem os avaros exploradores da industria que, não tendo em conta a segurança e a vida dos operários que violentamente exploram, mantem as suas fábricas, oficinas e ateliereis num regime perigoso e anti-higiénico, que reduz na espantosa mortalidade dos operários intoxicados e dos que perdem a vida por virtude de desastres no trabalho?

Leis e tribunais são laráchias que não devem ser tomadas em consideração, pelas suas anomalias bases e correspondente constituição.

E' poeira lançada aos olhos dos incautos trabalhadores a fim de os cegar, pela esperança de uma protecção e defesa que nunca lhes é dada, muito embora os pretenhos legisladores e paladinos dos tribunais invoquem princípios de justiça.

Justiça! Mas é lícito admitir-se que esta sociedade, tam infamemente constituída, faça justiça, quando consente que dentro dessas fobregas oficinas se estejam martirizando indecenas crianças, que a situação miserável dos pais empurra para o terrível sofrimento da exploração patronal?

Faz-se justiça consentindo-se que

nessas oficinas funcionem maquinismos que, sem os respectivos resguardos, são instrumentos de morte, que, ceifando tantas vidas, originam a viuvez e a orfandade?

Fixemos este expressivo contraste: os industriais tem em mais conta o bom funcionamento e conservação das suas máquinas do que a conservação e segurança da vida dos seus operários. Sim, importa mais aos industriais a inutilização das suas máquinas do que a perda da vida dos operários.

O industrial avaro tem sempre em conta a necessidade da conservação das máquinas para evitar a sua substituição, que reduzna no cerceamento ou redução dos fabulosos lucros; enquanto que a morte de alguns operários apenas o leva ao pequeno trabalho de os fazer substituir por outros que facilmente aparecem.

E se algum encargo lhe fica, que a tal lei classifica de reparação e indemnização, aos que se inutilizam e às famílias dos que se vitimaram, ele é tam irrisório e insignificante que os atíngidos pela fatalidade ficam à mercê das privações e miséria.

E' infame o que se pratica com os aprendizes menores, e não é menos infame o procedimento dos governantes em consentirem que por essas fábricas, oficinas e ateliereis se não tenha em nenhuma conta a vida e a segurança dos operários, ultrapassando os limites da infâmia a forma como se mercadeja — com a chancela da lei — a situação dos operários inutilizados pelos desastres no labor e das famílias das camaradas que são vitimadas pelos desastres no trabalho!

E ainda para cúmulo dessa infâmia falta-se-lhe a cobertura e a protecção dum lei iniqua — a sociedade mercantilista, a cujo grémio os mesmos industriais pertencem, a regularização das reparações e indemnizações irrisórias, que as mais das vezes tem que ser litigadas em um tribunal de funcionamento irregular e que tem a pomposa rubrica de Accidentes de Trabalho.

E assim se faz justiça neste país!

Toda a nossa repulsa se deve manifestar contra essa sociedade que tripudia impune sobre os produtores de toda a riqueza social e todos os nossos esforços devem convergir para o levantamento moral e dignificação dos trabalhadores, a fim de que estes, pela sua unificação e coesão, sem embargo das falsas leis e premissas convencionais, possam, no presente, estabelecer a sua defesa operária e, num futuro próximo, destruir todos os obstáculos que se antepeem à sua felicidade.

Assim, a Comissão Organizadora do Congresso Nacional Metalúrgico:

Considerando que em todos os Congressos Corporativos se tem ventilado o assunto da exploração e desumanidade de que se exercem por essas fábricas, oficinas e ateliereis sobre o aprendizado de menoridade, sem nunca se ter conseguido a necessária protecção e carinho que deve haver para com esses pequenos produtores, que não de ser os grandes artistas de amanhã;

considerando que, apesar de existirem algumas deficientes leis que protegem o funcionamento de fábricas, oficinas e ateliereis que não tem os requisitos necessários a bem da higiene e segurança dos operários, essas leis não são cumpridas, porquanto continuam funcionando esses antros onde os trabalhadores se arruinam e deparaem, estando expostos ao risco de perda das suas vidas;

considerando ainda que a lei sobre acidentes de trabalho é um escárnio lançado a face dos trabalhadores, porquanto, quando estes mais precisam da sua impossibilidade temporária ou permanente, é justamente quando eles reduz a situação de miséria, estabelecendo-lhes penas irrisórias que ficam muito aquém dos magros salarios que auferiam;

considerando, por fim, que as famílias dos que são fatalmente vitimados pelos desastres ou acidentes de trabalho, a lei confere pensões que não estão em harmonia com a equidade e jus-

CONSPIRAÇÃO MONÁRQUICA?

UMA CARTA

Acêrca do que o nosso colega *A Imprensa de Lisboa* ontem publicou sobre a pretendida conspiração monárquica, recebemos a seguinte carta, em que um grupo de cabos e soldados define a sua attitude:

«Srs. directores dos jornais *A Imprensa de Lisboa* e *A Batalha*. — A propósito da noticia ontem publicada pela *Imprensa de Lisboa*, sobre o movimento monárquico, foram levantados sobre o Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro suspeitas da máxima gravidade, quando todos os homens que forçadamente tem vindo arrastados para esta unidade militar são verdadeiramente amantes da liberdade e da constituição, inimigos ligadados de qualquer regime reaccionario ou monárquico. Quando porém, o povo, o exército e a marinha se sobe a attitudão dos cabos e soldados deste batalhão, a propósito da questão monárquica, os signatários, representantes daquelles, tem por dever, declarar a mar e a terra que não se prestarão a qualquer tentativa suspeita, porque, antes de saírem para a rua, exigiram que lhes fosse declarada se fundadas ou não as notícias.

Se, ja na rua, fossem lhedos, saberiam cumprir o seu dever, recusando-se a acatar as ordens officias e voltando-se a favor da república, contra a reaccionaria.

Nada tem de comum com as ideias monárquicas ou reaccionarias alguns dos seus officiaes, porque a responsabilidade dos factos pertence ao ministro da guerra que lhes confiou.

Se, no cumprimento do seu dever militar, tem sido sujeitos ao que deve temer qualquer grupo de greves, declarou que a sua attitude se baseia tamamente numa questão disciplinar, porquanto comprehendem o papel aviltante que delles exige. E assim, o povo, o exército e a marinha e todas as outras forças de terra e mar, e com a acção dos cabos e soldados do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, contra qualquer tentativa monárquica.

Nada tem com a miséria de pensar do seu comandante ou de qualquer outro officiaes, pois que estão até sendo por estes prejudicados, visto que os mantem no serviço effectivo além do tempo legal, quando de parte delles já deviam estar licenciosos.

Terminando, agradecemos a publicação desta declaração que não assinamos individual e publicamente pelo respeito que o povo e o exército militar.

Viva a República!

Abaixo os reaccionarios!

Um grupo de cabos e soldados do Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro.

A GREVE

Trabalhadores dos jornais

Aos gráficos em greve

Convidam-se os gráficos em greve que necessitem de auxilio material e ainda aqueles que tenham trabalhado na *Imprensa de Lisboa*, a comparecerem hoje, das 15 às 17 horas, na Associação dos Trabalhadores de Imprensa, a fim de se inscreverem, amanhã à mesma hora e no mesmo local, onde o subsídio de greve será distribuído.

Não se acatam reclamações daquelles que não comparecerem às horas e dias indicados.

tica das suas necessidades, tendo em atenção a perda dos entes caros, que, sendo o seu amparo, dele se viram privados em beneficio dos industriais imprevidentes e criminosos.

Propõe ao Congresso o seguinte:

1.ª Que a futura Federação Corporativa da Industria de Metalurgia em Portugal seja cometido o encargo de velar pela protecção devida aos aprendizes menores, encarregando dessa protecção os Conselhos de Fábricas, Oficinas e Ateliereis;

2.ª Que aos Conselhos de Fábricas, Oficinas e Ateliereis seja dado o encargo de velarem pela higiene e segurança dos operários nas casas de trabalho, resistindo, por todos os meios, à incúria, desleixo e imprevidência dos industriais criminosos;

3.ª Que a futura Federação Inicie uma tenaz propaganda a fim de interessar a classe metalúrgica do país no sentido de, pondo de parte todas as leis, por iníquas e injustas, reclamar dos industriais, servindo-se para isso de todos os meios, o pagamento integral das férias, em casos de impossibilidade temporária ou permanente, proveniente de acidentes de trabalho; o indispensável tratamento medico ou cirúrgico em tais casos, sem descontos, e que, nos casos que originam a morte, sejam dadas às famílias dos vitimados pensões iguais às férias que eles em vida auferiam.

A Comissão Organizadora: António Felix, Zaccarias de Oliveira Pinho, Francisco Viana, João de Matos e Joaquim da Silva, relator.

NA ALEMANHA

A AGITAÇÃO COMUNISTA

BERLIM, 31. — Os principais dirigentes dos comites e successos da fábrica de Luina foram presos em Leipzig. Em Berlim o chefe comunista Syll tentou escapar-se da prisão, sendo por esse motivo agredido pela policia que o feriu. — *Rádio*.

O movimento recrudescce

PARIS, 31. — Apesar das declarações optimistas de Berlim, é evidente que a agitação operária está aumentando na Alemanha. Chegam noticias de Dusseldorf relatando sang

